

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL - CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
ERU 489- TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

Taís Rozalina de Oliveira

Organização Coletiva, Território e Agência: A experiência da COOPERARCA-ZM/MG no
Assentamento Olga Benário à luz de Amartya Sen.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de Viçosa, como parte das
exigências para obtenção do título de Bacharela em
Cooperativismo.

Orientadora: Nathália Thaís Cosmo da Silva

Taís Rozalina de Oliveira

Organização Coletiva, Território e Agência: A experiência da COOPERARCA-ZM/MG no Assentamento Olga Benário à luz de Amartya Sen.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em Cooperativismo.

Orientadora: Professora Nathália Thaís Cosmo da Silva

Aprovado: 14/05/2026

Assentimento :

Taís rozalina de Oliveira
Autora

Nathália Thaís Cosmo da Silva
Orientadora

DEDICATÓRIA

Dedico ao Assentamento Olga Benário, território de luta, acolhimento e formação, onde aprendi que a terra produz não apenas alimento, mas também dignidade, consciência e futuro. Dedico, de maneira especial, à memória do meu irmão, Jeferson Maques que partiu para outro plano, mas permanece presente em minha trajetória. O tempo de cuidado, convivência e aprendizado fortaleceu em mim a fé, a paciência e a capacidade de seguir diante dos desafios. Este trabalho carrega também a sua memória.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de tudo, a Deus, pela fé que me sustentou, pela força nos momentos de incerteza e pela coragem para transformar a experiência vivida em aprendizado e compromisso com a vida coletiva. Agradeço em especial aos meus pais que são a base da minha vida e formação, às famílias do assentamento Olga Benário, que compartilharam comigo não apenas o território, mas a luta cotidiana, a resistência e os processos coletivos que moldaram minha trajetória desde a infância. À COOPERARCA - ZM e à associação do assentamento, espaços fundamentais de aprendizado prático, político e humano, onde compreendi o cooperativismo como instrumento de organização coletiva, autonomia e transformação social. Aos professores e professoras que fizeram parte da minha trajetória acadêmica, pelo compromisso com a educação pública e pela sensibilidade em compreender os diferentes tempos da vida, reconhecendo que o conhecimento também se constrói a partir da experiência, em especial a professora Irene pela acolhida em sua casa em momentos necessários, a minha orientadora Nathalia, que com toda sensibilidade me acolheu e em minhas falas reconheceu a trajetória como instrumento de formação acadêmica e por todo apoio durante a escrita deste TCC. À universidade pública, que possibilitou minha permanência e formação acadêmica, reafirmando a educação como direito e como caminho de emancipação, a ITCP e todos que ali me encontrei e contribuíram nessa jornada acadêmica e aos amigos ali feitos e que estão ao meu lado seguindo na jornada da vida, e em especial à minha família, pelo apoio, pelo cuidado compartilhado e pela força nos momentos mais difíceis, quando a fé foi essencial para sustentar a esperança e a perseverança, ao meu companheiro de vida Yhago que nas noites sem dormir sempre me motivou e me apoiou trazendo o melhor de mim e lembrando que juntos podemos conquistar nossos sonhos. Por fim, agradeço a todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho, reafirmando que nenhuma conquista é individual quando nasce da luta coletiva.

“A cabeça pensa onde os pés pisam”... e a fé sustenta o caminho.”

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso analisa de que maneira as ações da Cooperativa Regional de Cooperação Agrícola da Zona da Mata de Minas Gerais (COOPERARCA-ZM), localizada no Assentamento Olga Benário, em Visconde do Rio Branco/MG, contribuem para a ampliação das liberdades substantivas e das capacidades de seus membros cooperados, à luz da abordagem de desenvolvimento como liberdade proposta por Amartya Sen. Metodologicamente, o estudo adota o relato de experiência como estratégia analítica, articulando a trajetória da pesquisadora à história de consolidação do assentamento e da cooperativa. A pesquisa sistematiza, por meio de uma linha do tempo, os principais marcos relacionados à organização coletiva, ao acesso às políticas públicas da agricultura familiar com destaque para o Pronaf, o PNAE e o PAA e à construção de infraestruturas produtivas. Os resultados evidenciam que o desenvolvimento observado no território não se restringe ao aumento da renda, mas envolve a ampliação de capacidades sociais, políticas, produtivas e culturais, mediadas pela organização coletiva e pela qualificação técnica. Conclui-se que a COOPERARCA-ZM desempenha papel central como instrumento de mediação entre políticas públicas e a efetiva expansão das liberdades dos sujeitos, ainda que persistam desafios relacionados à continuidade das políticas e à assistência técnica.

Palavras-chave: Desenvolvimento como liberdade; Cooperativismo; Reforma agrária; Políticas públicas; Relato de experiência.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	06
1.1 Problema e sua importância	08
1.2 OBJETIVOS	09
1.2.1 Objetivo Geral	09
1.2.2 Objetivos específicos	09
2 .DESENHO DA PESQUISA	10
2.1 Procedimentos metodológicos.....	10
2.2 A experiência como produção de conhecimento.....	11
2.3 Produção e sistematização dos dados.....	11
2.4 Limites e potencialidades da abordagem.....	12
2.5 Uso de Inteligência Artificial Generativa.....	12
3 REFERENCIAL TEÓRICO	12
3.1 Desenvolvimento como Liberdade: A teoria de Amartya Sen	12
3.2 Assentamentos da Reforma Agrária.....	14
3.3 Cooperativismo, Políticas Públicas e Agricultura Familiar.....	16
3.3.1 O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	17
3.3.2 O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	17
3.3.3 O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	19
4. DISCUSSÃO E ANÁLISE DE DADOS	19
4.1 O Cenário do Estudo: Caracterização do Assentamento Olga Benário	19
4.2 A importância da produção de conhecimento situada.....	19
4.3 Da criança na luta pela terra à bacharel em Cooperativismo	21
4.4 Políticas públicas, cooperativismo e ampliação das capacidades.....	26
4.5 A operacionalização das políticas públicas no Assentamento Olga Benário: limites, avanços e construção de capacidades.....	27
4.6 Linha do tempo dos principais marcos do Assentamento Olga Benário, da COOPERARCA-ZM e da trajetória da pesquisadora.....	27

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
6. REFERÊNCIAS.....	31

1. INTRODUÇÃO

Este estudo se dedica a examinar a trajetória desenvolvida pelos assentados da reforma agrária organizados na Cooperativa Regional de Cooperação Agrícola da Zona da Mata de Minas Gerais (COOPERARCA-ZM/MG) frente aos processos de desenvolvimento local, situada no Assentamento Olga Benário, no município de Visconde do Rio Branco/MG. Criada no ano de 2012, a referida cooperativa tem desempenhado um papel central na organização da produção coletiva, no escoamento e comercialização de produtos hortifrutigranjeiros e na consequente melhoria das condições materiais de vida dos grupos familiares assentados. Essa atuação ocorre por meio da colaboração direta com programas governamentais de compras institucionais da agricultura familiar, com destaque para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Nesse contexto, compreende-se a reforma agrária como um conjunto de medidas institucionais que visam promover a justa distribuição da propriedade da terra, modificando o regime de sua posse e uso para que cumpra sua função social, conforme preceitua a legislação brasileira. Mais do que a mera redistribuição fundiária, a reforma agrária configura-se como uma política fundamental de garantia de direitos, viabilizando a inserção socioeconômica, a soberania alimentar e as condições materiais necessárias para a emancipação social das famílias no campo.

Em um cenário contemporâneo marcado pelo acirramento das desigualdades socioeconômicas, pela persistência de dinâmicas de exclusão e pela precarização estrutural do mundo do trabalho, renova-se o interesse científico e social por arranjos alternativos de estruturação da produção, da economia e da vida comunitária. Diante de tais desafios, as cooperativas populares e a organização coletiva no campo emergem não apenas como estratégias de sobrevivência material, mas como instrumentos de união política e social para a construção de modos dignos de existência, sobretudo entre sujeitos históricos que conquistaram seu espaço territorial por meio da luta pela reforma agrária no Brasil.

A abordagem teórica utilizada nesta investigação fundamenta-se na perspectiva de desenvolvimento proposta pelo economista Amartya Sen (1999), para quem o desenvolvimento humano não se limita a indicadores puramente econômicos como o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) ou o incremento da renda individual. Para o autor, ele deve ser estruturalmente compreendido como um processo multidimensional de expansão das liberdades substantivas que as pessoas desfrutam para liderar o estilo de vida que têm razões para valorizar. Sob essa ótica, a organização coletiva mediada pelo cooperativismo atua diretamente como promotora de agência, removendo privações elementares e gerando oportunidades reais para que os indivíduos alcancem os funcionamentos que consideram valiosos.

A seleção deste tema de pesquisa reflete diretamente a imersão da minha trajetória pessoal no interior do Assentamento Olga Benário, fundamentando-se no pressuposto epistemológico de que o saber científico pode ser legitimamente edificado a partir da práxis, da ação e da vivência concreta. Metodologicamente, a pesquisa adota o relato de experiência analítico, ancorado nas formulações de John Dewey (1938), para quem a experiência reflexiva constitui o alicerce fundamental para a geração de conhecimento transformador. Desse modo, o presente trabalho busca compreender como a jornada organizativa, coletiva e individual, no âmbito do assentamento e da cooperativa, atua na remoção de privações e na ampliação do potencial de agência e das liberdades dos sujeitos envolvidos.

A história dos assentados e a minha própria trajetória como autora desta pesquisa guardam profundas convergências: a maioria dos membros, assim como meus pais, migrou do contexto urbano para o rural carregando históricos de severas dificuldades sociais, movidos pelo desejo de uma vida melhor e pela oportunidade de recomeçar e projetar seus sonhos na terra.

A vivência empírica junto à cooperativa evidencia que o acesso democratizado à terra, a geração de renda, a formação técnica, a inserção nos mercados institucionais e a participação ativa e democrática nas instâncias de tomada de decisão possibilitam que os cooperados transitem da condição histórica de meros beneficiários passivos de políticas governamentais para a posição de agentes promotores do próprio desenvolvimento. Essa transição abrange transformações que superam os incrementos estritamente financeiros, incidindo de forma direta nas estruturas de oportunidade locais e favorecendo o pleno exercício da autonomia, da dignidade humana e da cidadania no meio rural.

1.1 Problema e sua importância

A inclusão e investigação desse tema na área das ciências sociais aplicadas e do desenvolvimento rural justificam-se pela urgência cada vez maior em compreender modelos organizacionais alternativos no campo. Torna-se imperativo analisar arranjos que coloquem como prioridade a integração social, a gestão democrática e participativa pelos próprios sujeitos, o reconhecimento do valor do trabalho e a abertura do acesso aos fatores de produção e aos canais de comercialização. Essas iniciativas ganham ainda mais relevância em territórios de assentamentos da reforma agrária, locais onde as famílias assentadas enfrentam, historicamente, severas limitações estruturais ligadas à exclusão social, à marginalização geográfica e à invisibilidade institucional perante as políticas de Estado (MEDEIROS, 2020; GRISA; SCHNEIDER, 2014).

Diante desse cenário, o presente estudo concentra-se em examinar como as ações

promovidas pela COOPERARCA-ZM atuam para impulsionar as liberdades genuínas e as capacidades humanas dos cooperados, seguindo estritamente a perspectiva multidimensional de Amartya Sen (1999). A premissa básica que norteia esta análise é a de que o desenvolvimento não pode ser avaliado sob uma métrica puramente financeira ou de rendimentos, mas sim pela expansão das liberdades substantivas e essenciais que permitem aos indivíduos viverem da forma que têm razões para valorizar. Desse modo, a atenção investigativa se volta para as transformações sociais, políticas e econômicas resultantes da ação conjunta entre a cooperativa e os assentados.

A motivação para pesquisar este assunto nasceu diretamente da minha experiência e imersão prática dentro da cooperativa, somada à percepção teórica de que há uma escassez de produções acadêmicas que articulem os conceitos de Sen com a realidade concreta de cooperativas em áreas de reforma agrária no estado de Minas Gerais. Portanto, mesmo fundamentando-se em uma abordagem teórica já consolidada na literatura internacional, esta análise inova ao projetar esse ponto de vista sobre um contexto empírico específico e pouco explorado em estudos científicos formais.

1.1.1 OBJETIVOS

1.1.2 Objetivo Geral

Analisar de que maneira as ações da COOPERARCA-ZM, localizada no Assentamento Olga Benário, em Visconde do Rio Branco/MG, contribuem para a ampliação das liberdades substantivas e das capacidades de seus membros cooperados, com base na abordagem de desenvolvimento como liberdade proposta por Amartya Sen.

1.1.3 Objetivos específicos

1. Sistematizar, por meio de uma linha do tempo, os principais marcos da trajetória do assentamento, da cooperativa e da atuação da pesquisadora;
2. Identificar os principais programas e políticas públicas acessadas pela COOPERARCA-ZM, analisando seus impactos na organização produtiva e social;
3. Examinar de que forma a participação na cooperativa influencia aspectos como renda, autonomia, acesso a direitos, organização coletiva e inclusão social;
4. Relacionar as ações da cooperativa e as experiências vividas no território às noções de liberdades e capacidades desenvolvidas por Amartya Sen.

2. Desenho da pesquisa

Esta seção tem como objetivo relatar a experiência vivida pela pesquisadora no

Assentamento Olga Benário, em Visconde do Rio Branco/MG, e na COOPERARCA-ZM, cooperativa constituída inicialmente por assentados da reforma agrária e atualmente também composta por agricultores familiares da região.

A escolha por seguir a experiência como eixo de análise parte do entendimento de que o conhecimento também se constrói a partir da vivência, da prática e da reflexão sobre o cotidiano, conforme propõe John Dewey (1938). A trajetória apresentada neste capítulo busca revelar o olhar de quem acompanhou de perto a formação e a consolidação do assentamento e da cooperativa, vivenciando os desafios, conquistas e transformações que marcaram esse processo. O relato tem caráter reflexivo e se apoia na concepção de Sen (1999), segundo a qual o desenvolvimento deve ser compreendido como a expansão das liberdades e capacidades humanas. Assim, mais do que descrever fatos, esta narrativa procura compreender o significado das experiências compartilhadas como o acesso à terra, a organização coletiva e a criação de alternativas produtivas na ampliação das possibilidades de vida digna e de autonomia para as famílias assentadas.

Adotar a experiência como opção metodológica significa reconhecer o papel ativo do sujeito na produção do conhecimento. Para John Dewey (1938), a experiência é o ponto de partida e de chegada de todo processo de aprendizagem e investigação, pois é a partir da interação entre o indivíduo e o meio que se constroem sentidos e compreensões sobre o mundo. A experiência não se reduz ao simples viver ou observar, mas envolve reflexão, reconstrução e transformação do que é vivido em conhecimento.

Nessa perspectiva, a pesquisadora não é uma observadora externa e neutra, mas uma participante envolvida em situações concretas que permitem compreender os fenômenos em sua complexidade. A investigação, portanto, torna-se um processo de diálogo entre ação e reflexão, em que o vivido se converte em base para análise crítica e produção teórica.

Ao tomar a experiência como eixo metodológico, este estudo valoriza o percurso vivido dentro da COOPERARCA-ZM, entendendo que o cotidiano das práticas cooperativas constitui uma fonte legítima de saber. Inspirada em Dewey (1938), a experiência é aqui compreendida como prática reflexiva, um processo contínuo em que agir, pensar e sentir se entrelaçam na construção do conhecimento e na ampliação das capacidades humanas. Nesse sentido, a experiência pessoal e coletiva no interior da cooperativa é compreendida como um campo empírico e reflexivo, capaz de revelar aspectos que dificilmente seriam apreendidos por abordagens distanciadas. A imersão da pesquisadora no cotidiano da COOPERARCA-ZM possibilita observar os desafios e conquistas de forma sensível, a partir de quem vivencia as dinâmicas de trabalho, solidariedade e enfrentamento das desigualdades. Como afirma

Dewey (1938) a experiência se torna fonte de conhecimento quando é atravessada pela reflexão, quando o vivido é pensado, interpretado e situado em um contexto mais amplo. Assim, o relato da experiência não se limita a descrever fatos, mas busca compreender o significado das ações e suas implicações para o desenvolvimento humano e social. No campo da pesquisa qualitativa, autores como Minayo (2014) e Creswell e Poth (2018) destacam que as narrativas e os relatos de experiência são instrumentos legítimos de investigação, pois permitem acessar dimensões simbólicas, afetivas e sociais da realidade. Dessa forma, a escolha por essa abordagem não apenas reflete a posição da pesquisadora enquanto participante do processo, mas também se alinha ao propósito de compreender, à luz de Amartya Sen (1999), como a vivência cooperativa pode ampliar as liberdades e capacidades das pessoas envolvidas.

2.1. Procedimentos metodológicos

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada no relato de experiência, compreendido como um procedimento metodológico que articula vivência, reflexão crítica e fundamentação teórica. Diferentemente de abordagens que buscam o distanciamento entre pesquisador e objeto, esta pesquisa parte do reconhecimento de que a experiência situada da pesquisadora constitui uma fonte legítima de produção de conhecimento científico, especialmente em contextos sociais marcados por desigualdades históricas e processos de luta coletiva.

Inspirada nas contribuições de Dewey (2010), a experiência é entendida como um processo contínuo e formativo, no qual ação e reflexão se entrelaçam, possibilitando a construção de sentidos sobre a realidade vivida. Nesse sentido, o conhecimento não é produzido de forma externa ou neutra, mas emerge da interação entre sujeito, território e práticas sociais. Essa perspectiva também dialoga com Larrosa (2002), ao compreender a experiência como aquilo que atravessa o sujeito e o transforma, constituindo saberes que não se restringem ao campo técnico, mas envolvem dimensões éticas, políticas e sociais.

A escolha pelo relato de experiência como abordagem metodológica se justifica pela trajetória da pesquisadora enquanto moradora do Assentamento Olga Benário há mais de vinte anos, participante ativa dos processos organizativos, da fundação da associação, da consolidação da cooperativa e da implementação de políticas públicas no território. Assim, a pesquisa não se propõe a analisar o assentamento como um “objeto externo”, mas como uma realidade vivida, acompanhada e construída ao longo do tempo.

Essa opção metodológica substitui o uso do estudo de caso tradicional, por compreender que a profundidade da análise pretendida exige a consideração das continuidades históricas, das experiências acumuladas e das relações cotidianas que

estruturam a vida no assentamento e na cooperativa. Trata-se, portanto, de uma pesquisa comprometida com a compreensão dos processos sociais a partir de dentro, valorizando o conhecimento produzido na prática e na luta social.

2.2. A experiência como produção de conhecimento

O relato de experiência adotado neste trabalho não se limita à descrição de fatos ou acontecimentos pessoais. Ele assume caráter analítico e reflexivo, articulando trajetória individual, processos coletivos e referenciais teóricos. Conforme destacam Denzin e Lincoln (2006), as narrativas e experiências vividas constituem formas legítimas de investigação qualitativa, especialmente quando sistematizadas e analisadas à luz de teorias sociais.

A trajetória da pesquisadora desde a infância na luta pela terra, passando pela participação em assembleias, reuniões e espaços formativos do assentamento, até a formação técnica em Alimentos em 2013 e o ingresso no curso de Bacharelado em Cooperativismo em 2018 é compreendida como parte constitutiva do processo de pesquisa. A formação acadêmica possibilitou uma atuação mais qualificada nos processos organizativos, na elaboração de projetos, no acesso a políticas públicas e na gestão coletiva da cooperativa, fortalecendo a relação entre teoria e prática.

Dessa forma, a experiência narrada não é tomada como um relato isolado, mas como expressão de um processo coletivo, no qual o desenvolvimento das capacidades individuais contribui para a ampliação das capacidades coletivas, em consonância com a perspectiva de desenvolvimento como liberdade proposta por Amartya Sen (1999).

2.3. Produção e sistematização dos dados

Os dados analisados neste trabalho são produzidos a partir de diferentes fontes articuladas, a saber:

- a) a memória social e a trajetória vivida pela pesquisadora no Assentamento Olga Benário;
- b) a participação direta e contínua nos espaços organizativos da associação e da cooperativa;
- c) registros institucionais, documentos da cooperativa e legislações relacionadas às políticas públicas da agricultura familiar;
- d) a reconstrução narrativa da linha do tempo do assentamento e da COOPERARCA-ZM.

A sistematização dos dados ocorre por meio da organização temporal dos acontecimentos, da identificação de marcos históricos e da análise reflexiva dos impactos das

ações coletivas e das políticas públicas sobre a vida dos cooperados. Essa estratégia permite compreender os processos de mudança ao longo do tempo, evidenciando avanços, limites e contradições.

2.4. Limites e potencialidades da abordagem

Reconhece-se que o uso do relato de experiência apresenta limites, especialmente no que se refere à generalização dos resultados. No entanto, conforme argumenta Minayo (2014), a pesquisa qualitativa não busca a generalização estatística, mas a compreensão aprofundada de processos sociais significativos. Nesse sentido, a principal potencialidade desta abordagem reside na possibilidade de acessar dimensões da realidade que dificilmente seriam captadas por pesquisas externas e pontuais.

Além disso, a posição da pesquisadora enquanto sujeita da experiência analisada exige um exercício constante de reflexividade, buscando explicitar o lugar de fala e as mediações teóricas que orientam a análise. Longe de comprometer o rigor científico, essa postura fortalece a pesquisa, ao tornar transparentes os caminhos metodológicos e as escolhas analíticas adotadas.

Assim, a abordagem metodológica escolhida se mostra adequada aos objetivos do estudo, permitindo analisar de que maneira a organização coletiva, as políticas públicas da agricultura familiar e a atuação da cooperativa contribuem para a ampliação das liberdades e capacidades dos sujeitos, à luz da teoria de Amartya Sen.

2.5. Uso de Inteligência Artificial Generativa

Em consonância com as diretrizes de integridade acadêmica, ética em pesquisa e transparência científica, declara-se que este trabalho contou com o suporte de ferramentas de Inteligência Artificial generativa, utilizando especificamente o modelo de linguagem Gemini (Google) na fase de redação e revisão do manuscrito. O uso da tecnologia limitou-se estritamente ao refinamento linguístico, correções gramaticais, ajustes de estilo e suporte à articulação estrutural dos parágrafos, visando conferir maior clareza e fluidez acadêmica ao texto. Destaca-se que a IA não foi empregada para a geração de dados empíricos originais, análises factuais, interpretações conceituais ou elaboração de conclusões, as quais permanecem de autoria única e inteira responsabilidade intelectual da pesquisadora.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. Desenvolvimento como Liberdade: A teoria de Amartya Sen

A perspectiva de desenvolvimento apresentada por Amartya Sen (1999) desafia as

concepções convencionais que restringem o desenvolvimento ao aumento econômico ou à receita individual. Sen argumenta que o desenvolvimento deve ser encarado como a expansão das verdadeiras liberdades das pessoas, ou seja, das habilidades que elas possuem para optar e vivenciar a vida da maneira que valorizam. De acordo com o autor, a pobreza não deve ser vista apenas como ausência de dinheiro, mas como a carência de liberdades essenciais, tais como o acesso à educação, saúde, nutrição apropriada, envolvimento político e integração no mercado de trabalho.

Para compreender essa dinâmica, a teoria se estrutura a partir de conceito chave interdependentes. O primeiro deles é o de funcionamentos (*functionings*), que correspondem às diversas coisas que uma pessoa pode valorizar fazer ou ser, como estar bem nutrida, ser alfabetizada ou participar da vida comunitária. Interligado a isso, o conceito de capacidades (*capabilities*) representa o conjunto de combinações alternativas de funcionamentos que uma pessoa pode realizar; em outras palavras, a capacidade constitui a liberdade real e as oportunidades efetivas que o indivíduo possui de escolher entre estilos de vida alternativos. O alcance de funcionamentos e a expansão de capacidades geram, por conseguinte, a condição de agente (*agency*), que se refere à habilidade de uma pessoa de agir em prol de objetivos e valores que ela tem razões para considerar importantes.

A abordagem das capacidades baseia-se na ideia de que as pessoas são protagonistas do seu próprio desenvolvimento, assumindo uma postura ativa e transformadora dentro do seu meio. Conforme define o próprio autor, "um agente é alguém que atua e traz mudanças, cuja realização pode ser julgada em termos de seus próprios valores e objetivos" (SEN, 1999, p. 19). Sob essa ótica, a função das instituições, incluindo as cooperativas coletivas, é justamente estabelecer um cenário favorável onde esses indivíduos possam exercer plenamente sua autonomia. Desse modo, liberdade e desenvolvimento se fortalecem reciprocamente: a liberdade é tanto o instrumento quanto o objetivo final do desenvolvimento.

No âmbito da reforma agrária, a teoria de Amartya Sen proporciona uma perspectiva analítica eficaz para compreender como o acesso à terra, à organização coletiva e às políticas públicas pode ampliar as capacidades e as liberdades dos agricultores assentados. Nesse sentido, diferentes pesquisas têm utilizado a abordagem do desenvolvimento como liberdade para analisar os impactos da política de assentamentos rurais no Brasil. Um exemplo é o estudo desenvolvido por Souza (2020), que analisou assentamentos rurais no município de Cardoso Moreira, no estado do Rio de Janeiro, buscando compreender de que maneira o acesso à terra altera a estrutura de oportunidades das famílias beneficiadas pela política de reforma agrária.

Embora dialogue de perto com a perspectiva teórica de Souza (2020), que utiliza a abordagem das capacidades de Amartya Sen para demonstrar como o acesso à terra e as liberdades

instrumentais reconfiguram a estrutura de oportunidades e geram autonomia para as famílias assentadas, a presente pesquisa se diferencia e avança em termos metodológicos e de posicionamento epistêmico. Enquanto o referido estudo se baseia predominantemente na aplicação de questionários quantitativos e na análise estatística de dados socioeconômicos, este trabalho adota o relato de experiência analítico como escolha metodológica, articulando a trajetória de vida, a memória social e a observação participante como alicerces de reflexão acadêmica. Trata-se, portanto, de uma pesquisa estritamente situada: por ser moradora do assentamento analisado e ter participado diretamente dos processos de organização social, construção coletiva e consolidação produtiva da cooperativa, a imersão prática da autora funciona como o próprio ponto de partida para decodificar como as liberdades e a remoção de privações discutidas por Sen operam na realidade vivida do território.

Nesse sentido, o conhecimento produzido também dialoga com a perspectiva de Paulo Freire, ao reconhecer que a compreensão da realidade social se constrói na relação entre reflexão e prática, pois, como afirma o autor, “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1987). Assim, a experiência vivida no assentamento e na organização cooperativa constitui não apenas objeto de análise, mas também base concreta para compreender como as liberdades discutidas por Sen, como acesso à terra, oportunidades econômicas, participação social e acesso a políticas públicas, foram sendo construídas ao longo da trajetória histórica do Assentamento Olga Benário e da COOPERARCA-ZM.

3.2. Assentamentos da Reforma Agrária

No campo brasileiro, os projetos de assentamentos rurais representam uma das principais vias para a materialização da política de reforma agrária, conforme estabelecido no artigo 184 da Constituição Federal de 1988.

Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. (BRASIL, 1988, Art. 184)

A formação desses espaços busca garantir que agricultores, que não possuem nenhuma propriedade fundiária, consigam ter acesso a áreas para suas produções, visando à promoção da justiça social no campo e o combate à concentração de terras no país que se acumulou ao longo da história (STEDILE, 1997).

Para Fernandes (2000), os assentamentos são áreas de disputa territorial, mas também nos âmbitos político, econômico e simbólico, onde os sujeitos assentados estabelecem maneiras

diferentes de organizar a vida e o trabalho.

Em geral, a criação de um assentamento ocorre por meio da ação coletiva e organizada dos trabalhadores rurais, articulada por movimentos sociais populares com destaque histórico para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fundado em 1984. O MST atua como um elemento propulsor da política pública de reforma agrária, organizando as famílias, promovendo a formação política da base e desencadeando ações legítimas de pressão social para exigir que o Estado cumpra o mandamento constitucional de desapropriação de latifúndios improdutivos ou que não cumpram sua função social. Assim, o movimento social não apenas tensiona a estrutura fundiária, mas também inicia o processo de territorialização e organização interna da comunidade (FERNANDES, 2000). Após a regularização jurídica da área desapropriada, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) dá cumprimento ao processo de demarcação e legitimação do território, realizando a implantação do projeto de assentamento com o intuito de viabilizar a produção agrícola e o desenvolvimento local (SOUZA MARTINS, 2004).

Nos territórios vinculados à reforma agrária, a formação de cooperativas e associações tem possibilitado que os indivíduos deixem de atuar apenas como agricultores isolados com limitada inserção nos mercados para se constituírem em atores coletivos capazes de planejar, tomar decisões e disputar espaços na formulação de políticas públicas. Essa transformação converge diretamente com a perspectiva do desenvolvimento como liberdade proposta por Amartya Sen, que afirma: “A expansão das capacidades das pessoas para viverem como valorizam e para escolherem entre diferentes estilos de vida é o verdadeiro propósito do desenvolvimento” (SEN, 1999, p. 295).

Como aponta Navarro (2010), experiências como a do Assentamento Olga Benário demonstram que a reforma agrária vai muito além da mera distribuição de lotes de terra, envolvendo estruturalmente a construção de novas formas de convivência, de trabalho e de cidadania no campo. Ao integrar a produção agrícola, a organização cooperativa e o acesso às políticas públicas, os assentamentos rurais consolidam-se como polos dinâmicos de desenvolvimento local e regional.

Nesse cenário, as ações coletivas podem ser compreendidas como liberdades instrumentais que expandem a autonomia real dos membros da cooperativa. Essa dinâmica permite que os cooperados não apenas assegurem meios dignos de subsistência material, mas também exerçam seu potencial de agência ao decidirem o que produzir, como comercializar e ao projetarem, de forma democrática e conjunta, o futuro de sua localidade.

Dessa forma, ao impulsionar práticas de autogestão, união e cooperação, as cooperativas da reforma agrária formadas pela agricultura familiar transformam-se em ambientes propícios para o estímulo ao desenvolvimento com autonomia. Em estreito alinhamento com a teoria de Sen,

esses arranjos colaboram ativamente para a emancipação de comunidades que foram historicamente marginalizadas, edificando uma lógica econômica e social mais justa no cenário rural brasileiro.

3.3. Cooperativismo, Políticas Públicas e Agricultura Familiar

Uma cooperativa constitui-se como um arranjo organizacional, econômico e social estruturado a partir da associação voluntária de indivíduos que compartilham objetivos comuns. Sob uma gestão estritamente democrática e participativa, os membros unificam esforços para satisfazer anseios coletivos por meio de um empreendimento de propriedade conjunta e administração partilhada. No cenário rural, em particular no âmbito da agricultura familiar, o cooperativismo desempenha um papel de relevância fundamental. Ele atua como um mecanismo propulsor da inclusão produtiva, mitigador da vulnerabilidade socioeconômica e fortalecedor do poder de barganha e de agência desses atores perante os mercados tradicionais e as instâncias governamentais (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

De acordo com Medeiros e Siqueira (2012), o cooperativismo de matriz camponesa na agricultura familiar é crucial para superar os entraves históricos impostos por uma estrutura agrária profundamente desigual e pela exclusão social que marginaliza os pequenos produtores no Brasil. Através das dinâmicas cooperativas, os agricultores conseguem organizar a produção de forma mais eficiente, acessar tecnologias apropriadas, agregar valor aos produtos e conquistar canais de comercialização mais seguros e justos. Conforme destaca Ploeg (2008), esses arranjos coletivos funcionam como formas de resistência e reconfiguração do espaço rural, permitindo a reprodução social das famílias com maior autonomia frente aos monopólios dos complexos agroindustriais.

No contexto específico dos assentamentos de reforma agrária, a organização cooperativa ganha contornos ainda mais analíticos quando examinada sob a ótica da abordagem das capacidades de Amartya Sen (1999). A existência da cooperativa deixa de ser apenas uma estratégia de viabilidade econômica e passa a constituir uma liberdade instrumental de oportunidade econômica e facilidade social. A autogestão e a cooperação agrícola nos assentamentos operam como ferramentas para a remoção de privações elementares como o isolamento comercial e a falta de renda regular ao mesmo tempo em que expandem o potencial de agência dos assentados. Ao unirem produção, comercialização institucional e tomada de decisão democrática, as cooperativas convertem o território do assentamento em um polo produtor de autonomia política, dignidade e desenvolvimento humano substantivo.

3.3.1. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)

Instituído em 1995, o Pronaf surge como a principal política de crédito rural

direcionada especificamente à agricultura familiar no Brasil (BIANCHINI, 2015). Seu objetivo central é fortalecer a capacidade produtiva dos agricultores familiares por meio do financiamento de investimentos e custeio, contribuindo de forma direta para a geração de renda, a melhoria das condições de vida e a permanência das famílias no meio rural (MATTEI, 2006).

Ao longo dos anos, o programa passou por constantes reformulações e ampliações normativas, incorporando diferentes linhas de crédito voltadas a públicos específicos e historicamente sub-representados, como jovens, mulheres, agroindústrias familiares e atividades de transição sustentável ou agroecológica (GRISA; SCHNEIDER, 2014). No contexto dos assentamentos da reforma agrária, o acesso ao Pronaf representa um marco importante para a consolidação dos lotes, pois possibilita investimentos cruciais em infraestrutura produtiva, aquisição de animais, maquinários, insumos e na melhoria geral das condições de trabalho no campo.

Contudo, como evidenciado em diversos estudos (GRISA; SCHNEIDER, 2015; MATTEI, 2014), o acesso ao Pronaf por parte das famílias assentadas nem sempre ocorre de forma imediata ou equitativa. Esse ingresso é frequentemente condicionado à existência de assistência técnica contínua, elaboração de projetos produtivos complexos e à regularização documental da terra fatores que, historicamente, geram gargalos e dificultam sua efetivação nos assentamentos rurais. Essa realidade reforça a compreensão de que a política pública, embora fundamental, não opera de forma automática, exigindo organização coletiva, associativismo e mediações institucionais cooperativas para que seus recursos sejam de fato acessados e convertidos em desenvolvimento real.

3.3.2. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Criado em 2003, no âmbito da política de segurança alimentar e nutricional e das estratégias de combate à fome, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem como objetivo central promover o acesso à alimentação adequada e, simultaneamente, fortalecer a agricultura familiar (CHMIELEWSKA; SOUZA, 2011). Essa dinâmica operacionaliza-se por meio da compra direta de alimentos produzidos por agricultores familiares, povos tradicionais e assentados da reforma agrária, destinando-os a pessoas em situação de insegurança alimentar e à rede socioassistencial (DELGADO et al., 2005).

O PAA inovou significativamente na esfera das compras públicas ao dispensar os processos licitatórios tradicionais e ao estabelecer preços de referência baseados nos mercados locais, garantindo mercado cativo, complementação de renda e previsibilidade comercial aos produtores rurais (GRISA et al., 2011). Ao longo do tempo, o programa passou por intensas transformações institucionais, normativas e orçamentárias que afetaram sua abrangência territorial e sua regularidade financeira; contudo, manteve seu caráter estratégico na articulação orgânica entre o

fomento à produção agrícola e o suporte às políticas sociais de proteção (MATTEI, 2014).

No contexto específico dos assentamentos de reforma agrária, a execução do PAA contribui não apenas para a geração de renda imediata, mas também para o fortalecimento estrutural da organização coletiva, uma vez que estimula a produção diversificada, o planejamento produtivo de longo prazo e a atuação conjunta de associações e cooperativas rurais (SAMBUICHI et al., 2014). Conforme destacam Triches e Grisa (2013), o programa amplia substancialmente o papel dos agricultores familiares, posicionando-os como sujeitos ativos no desenho e execução das políticas públicas rurais, e não apenas como beneficiários passivos de ações assistencialistas do Estado.

3.3.3. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) figura como uma das políticas públicas mais longevas do Estado brasileiro, tendo sido instituído originalmente em 1955 com o foco na suplementação alimentar de estudantes da rede pública de ensino. No entanto, uma inflexão histórica e estrutural ocorreu a partir da promulgação da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 (BRASIL, 2009), que passou a determinar legalmente que, no mínimo, 30% dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) fossem compulsoriamente destinados à aquisição direta de gêneros alimentícios da agricultura familiar, conferindo prioridade aos assentamentos de reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas.

Essa reformulação legislativa conferiu ao PNAE um papel estratégico no desenvolvimento rural contemporâneo, ao conectar organicamente a demanda por alimentação escolar saudável à produção camponesa local, valorizando circuitos curtos de comercialização e promovendo a segurança alimentar e nutricional (BELIK; CHMIELEWSKA, 2010). Para os assentamentos de reforma agrária, o programa abriu um importante horizonte de inserção em canais de comercialização institucional, fortalecendo simultaneamente práticas produtivas sustentáveis e o engajamento na organização coletiva.

Estudos na literatura nacional apontam que o acesso ao mercado institucional tende a estimular de forma expressiva processos de cooperativismo, a busca por melhorias na qualidade dos produtos e o fortalecimento da gestão coletiva das organizações rurais (GRISA; SCHNEIDER, 2014; TRICHES; GRISA, 2013). Contudo, a literatura especializada também sinaliza que esses mercados institucionais nem sempre se traduzem em estabilidade absoluta para os agricultores rurais. Como apontam Baccarin et al. (2017), a efetivação prática e a regularidade do PNAE enfrentam severas barreiras logísticas, burocracias excessivas na emissão de chamadas públicas por parte das administrações municipais, atrasos nos fluxos de pagamentos e uma persistente fragilidade na infraestrutura local que compromete o

fornecimento constante. Sob a ótica analítica de Amartya Sen (1999), esses gargalos evidenciam que a mera existência de uma política pública enquanto liberdade instrumental, isoladamente, não garante a expansão de capacidades reais se não houver um ambiente institucional e organizativo estruturado nos territórios rurais para sustentá-la.

4. Discussão e análise de dados

4.1. O Cenário do Estudo: Caracterização do Assentamento Olga Benário

O Assentamento Olga Benário está localizado no município de Visconde do Rio Branco, na região da Zona da Mata do estado de Minas Gerais. Oficialmente consolidado em 14 de junho de 2005 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o território é fruto da desapropriação por interesse social da antiga Fazenda Santa Helena, área que anteriormente não cumpria sua função social conforme as diretrizes constitucionais.

Atualmente, o assentamento abriga cerca de 30 famílias assentadas, distribuídas em lotes familiares demarcados que combinam áreas individuais de moradia e produção com áreas de preservação e uso coletivo. Geograficamente, a proximidade com o centro urbano de Visconde do Rio Branco e com municípios polos da Zona da Mata, como Viçosa e Ubá, configura uma facilidade institucional e de mercado estratégica para o escoamento da produção local.

A base econômica do assentamento assenta-se sobre a agricultura familiar pluriativa e a pecuária leiteira. Destacam-se na produção as culturas de hortifrutigranjeiros, como: alface, couve, tomate, mandioca, cheiro verde, frutas, milho, feijão e a produção agroindustrial artesanal, com forte expressão na panificação comunitária. A maior parte dessa produção, historicamente comercializada de forma fragmentada, encontrou na organização da COOPERARCA-ZM, a partir de 2014, o suporte logístico e institucional necessário para acessar mercados institucionais de maior escala, como o PNAE e o PAA, transformando o perfil socioeconômico do território.

4.2. A importância da produção de conhecimento situada

Ao longo da trajetória do Assentamento Olga Benário, diversas instituições de ensino e pesquisa estiveram presentes em momentos distintos, por meio de projetos de extensão, pesquisas acadêmicas e assessorias técnicas. Essas iniciativas tiveram relevância ao contribuir com diagnósticos, formações pontuais e apoio técnico em determinadas fases do assentamento e da cooperativa, especialmente no que se refere à produção agrícola e à agroindustrialização.

No entanto, apesar da importância dessas intervenções, observa-se que muitas delas ocorreram de forma descontínua, vinculadas a projetos específicos, períodos curtos de execução ou à permanência temporária de pesquisadores e estudantes no território. Essa descontinuidade limitou a consolidação de processos de longo prazo e, em alguns casos,

dificultou o retorno dos resultados das pesquisas à comunidade, restringindo o potencial transformador do conhecimento produzido.

Esse cenário evidencia uma fragilidade recorrente em pesquisas realizadas em contextos de assentamentos da reforma agrária: a tendência à produção de conhecimento externa ao território, que nem sempre dialoga de forma profunda com as demandas reais e cotidianas das famílias assentadas. Embora tecnicamente qualificadas, essas pesquisas muitas vezes não acompanham os desdobramentos das ações implementadas nem captam as continuidades históricas, os conflitos internos e os aprendizados acumulados ao longo do tempo.

Diante desse contexto, a presente pesquisa se diferencia ao assumir uma perspectiva de produção de conhecimento situada, construída a partir da experiência de quem vive, trabalha e participa cotidianamente dos processos organizativos do assentamento e da cooperativa. A posição da pesquisadora enquanto moradora do Assentamento Olga Benário e integrante ativa da COOPERARCA-ZM permite acompanhar os processos em sua duração histórica, compreender as contradições do cotidiano e identificar demandas que frequentemente permanecem invisíveis em estudos pontuais.

Essa abordagem dialoga com autores da pesquisa qualitativa que defendem a centralidade da reflexividade e do envolvimento do pesquisador com o campo empírico, reconhecendo que o conhecimento é socialmente produzido e atravessado pelas relações de poder, pertencimento e experiência (DENZIN; LINCOLN, 2006; MINAYO, 2014). No caso dos assentamentos da reforma agrária, essa perspectiva se mostra especialmente relevante, uma vez que os processos de desenvolvimento, organização coletiva e acesso a políticas públicas ocorrem de forma lenta, desigual e profundamente contextualizada.

Assim, ao invés de se contrapor às pesquisas externas, este trabalho busca complementar e aprofundar os conhecimentos já produzidos, reafirmando a importância de pesquisas comprometidas com o território e com os sujeitos que nele vivem. A produção de conhecimento “de dentro” não substitui a universidade, mas a tensiona e a convoca a construir relações mais contínuas, horizontais e comprometidas com os processos de transformação social que se desenrolam nos assentamentos.

Nesse sentido, a pesquisa aqui apresentada reafirma que a experiência vivida, quando articulada à teoria e à reflexão crítica, constitui uma forma legítima de produção científica, capaz de contribuir tanto para o fortalecimento das organizações locais quanto para o debate acadêmico sobre desenvolvimento, cooperativismo e reforma agrária.

4.3. Da criança na luta pela terra à bacharel em Cooperativismo

Minha trajetória está profundamente entrelaçada à história do Assentamento Olga

Benário e da COOPERARCA-ZM. Vim da cidade de Betim com nove anos de idade, no ano de 2005, acompanhando minha família em busca de um pedaço de terra onde pudéssemos viver e produzir com dignidade. Antes de chegarmos ao assentamento, passamos por diversos despejos, o que marcou profundamente minha infância e me fez compreender, ainda muito jovem, o significado da luta pela terra. Ao mesmo tempo, por intensa formação coletiva e política, participei ativamente das Cirandas Infantis, criadas para acolher e formar as crianças durante as reuniões e os mutirões. Mais do que um espaço de cuidado, a Ciranda foi um ambiente de formação humana e política, onde aprendi os valores da solidariedade, do respeito e da cooperação. Essas experiências despertaram em mim o desejo de contribuir para o fortalecimento da comunidade e me ensinaram que a construção de um assentamento vai muito além da posse da terra; envolve construir relações, confiança e esperança coletiva. Desde muito cedo, a participação nas reuniões, assembleias e espaços organizativos do assentamento fez parte do cotidiano familiar e comunitário, configurando-se como um processo educativo informal, mas profundamente formador. Mesmo enquanto criança, era possível perceber a centralidade do debate coletivo, da tomada de decisões em assembleia e da construção de consensos como fundamentos da vida no assentamento.

Nos primeiros anos após a chegada à área que viria a se consolidar como o Assentamento Olga Benário, entre os anos de 2005 e 2006, as condições de moradia eram marcadas por uma precariedade extrema. Quando cheguei, era o início do acampamento, ainda em fase de ocupação, caracterizada inicialmente pelo uso de barracos de lona que deixavam as famílias vulneráveis às intempéries. O assentamento foi oficialmente consolidado em 14 de junho de 2005, mas diante da fragilidade inicial, parte dos assentados ocupou as antigas casas e galpões da fazenda desapropriada, onde permaneceram por cerca de três anos em condições de improviso até a demarcação definitiva dos lotes. Esse cenário revelava uma ausência absoluta de infraestrutura básica: não havia acesso à energia elétrica, o que forçou o uso de lamparinas por alguns anos, e a inexistência de saneamento ou água encanada obrigava as famílias a recorrerem a fossas rudimentares e ao transporte manual de água de fontes naturais. Tal realidade expressava não apenas o abandono material, mas a negação histórica de direitos fundamentais às populações do campo que, mesmo já produzindo e trabalhando na terra, enfrentaram uma longa jornada para converter a ocupação em um espaço de cidadania plena e infraestrutura adequada.

Dando continuidade a esse percurso de construção coletiva, a falta de estruturas materiais e de meios de transporte também produziu impactos profundos na dimensão cultural e formativa das novas gerações, incluindo a minha própria trajetória. Ainda criança, logo após o período inicial da ocupação, entre os anos de 2007 e 2008, tive a oportunidade de ingressar

no Conservatório Estadual de Música, no município de Visconde do Rio Branco, juntamente com outras crianças do assentamento. No entanto, naquele momento, as condições objetivas eram extremamente limitadas: não havia transporte coletivo, a permanência na cidade exigia longas jornadas, muitas vezes passando o dia inteiro fora, levando lanche de casa e conciliando, de forma precária, a formação cultural com a frequência escolar. Essas dificuldades impediram a continuidade dos estudos no conservatório, evidenciando como a ausência de renda, infraestrutura e políticas públicas efetivas restringe o acesso a direitos básicos, como o direito à cultura.

Após 8 anos de criação do assentamento, no ano de 2013 e a partir da organização coletiva, iniciaram-se de consolidação das moradias, possibilitando a construção das casas. Esse momento representou um marco importante na trajetória do assentamento, pois significou a passagem de uma condição provisória para uma forma mais estável de permanência no território, fortalecendo o sentimento de pertencimento e segurança das famílias. Paralelamente à consolidação da moradia, avançaram, ainda que de forma lenta e desigual, os processos de acesso às políticas públicas voltadas à agricultura familiar.

Com o passar dos anos, percebi que os desafios enfrentados pelas famílias iam além da conquista da terra. Movida pelo desejo de contribuir com essa realidade, concluí, em 2013, o curso técnico em Alimentos através do programa Pronatec, no município de Visconde do Rio Branco - MG, buscando aplicar o conhecimento adquirido no fortalecimento das agroindústrias do assentamento. A formação técnica representou uma conquista pessoal e coletiva, pois possibilitou melhorias na produção e agregação de valor aos alimentos, beneficiando diretamente as famílias cooperadas.

Entre os anos de 2014 e 2015, a organização produtiva coletiva ganhou novo impulso com o início do acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) por meio da cooperativa. Contudo, esse avanço também revelou limitações estruturais importantes, sobretudo na logística. A ausência de veículos próprios para a entrega da produção fez com que os cooperados decidissem utilizar seus veículos particulares como alternativas para o escoamento, mesmo em condições variadas de manutenção, o que gerava atrasos, prejuízos e insegurança no processo de comercialização. Apenas em 2015, cerca de dez anos após a consolidação do assentamento, as famílias conseguiram acessar o primeiro crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em valores significativos, especialmente voltados à estruturação da atividade leiteira, evidenciando as dificuldades enfrentadas pelos assentados para se inserirem de forma efetiva nas políticas públicas devido à escassez de assistência técnica contínua (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Somente após alguns anos de esforço coletivo foi possível adquirir a primeira

caminhonete com recursos provenientes da própria venda ao PNAE, no ano de 2016, demonstrando a capacidade da organização cooperativa, criada em 2012, de transformar renda em investimento coletivo. Naquele período, já havia a associação, e a cooperativa foi criada justamente para ampliar o acesso à comercialização, uma vez que a associação encontrava limites jurídicos para realizar tais operações comerciais. A partir de então, passei a atuar diretamente na COOPERARCA-ZM, contribuindo com os conhecimentos técnicos na padaria comunitária. A vivência prática, aliada ao aprendizado técnico, me fez compreender o poder transformador do trabalho coletivo. Esse percurso também me levou a compreender o significado das liberdades substantivas de Amartya Sen (1999), que se expressam na capacidade das pessoas de escolher e agir sobre suas próprias vidas. Foi a partir dessa trajetória que pude alcançar outra importante conquista: o ingresso no ensino superior em 2018, no curso de Bacharelado em Cooperativismo na Universidade Federal de Viçosa (UFV). Essa etapa da minha formação reflete o resultado de um processo de desenvolvimento coletivo, no qual o acesso à educação foi fruto da ampliação das capacidades e das oportunidades construídas ao longo da vida no assentamento. Antes da pandemia da Covid-19, a cooperativa também conseguiu adquirir um caminhão de pequeno porte com recursos próprios, no ano de 2019, fortalecendo a logística de comercialização e ampliando a autonomia do grupo.

A partir de 2023, observa-se um avanço mais significativo na estruturação produtiva do assentamento, com a aquisição de equipamentos como trator, plantadeira e novos veículos para entrega, resultado da combinação entre gestão coletiva da cooperativa, fortalecimento da associação e acesso a emendas parlamentares. Esses investimentos não apenas qualificaram a produção, mas também reduziram desigualdades internas e ampliaram as capacidades produtivas das famílias. Com o fortalecimento da organização coletiva por meio da associação e da cooperativa, o assentamento passou a conquistar as condições materiais que transformaram também a realidade social e cultural do território. A aquisição coletiva de frotas de veículos possibilitou não apenas o escoamento da produção, mas também o acesso das crianças aos espaços culturais da cidade. Atualmente, onze crianças do assentamento frequentam o conservatório, realizam apresentações e conseguem dar continuidade à formação cultural, algo que não foi possível em minha infância.

Em 2025, após um intervalo de aproximadamente dez anos desde o primeiro acesso de oito famílias ao Pronaf, novas famílias conseguiram acessar o programa, inclusive linhas de crédito com valores mais elevados comparadas ao acesso de 10 anos anterior, destinadas à melhoria da cadeia produtiva do leite. Esse movimento recente indica uma ampliação gradual das condições materiais e institucionais do assentamento, resultado direto da persistência

organizativa e da construção coletiva ao longo de décadas. Essa trajetória evidencia que o desenvolvimento vivenciado no Assentamento Olga Benário não pode ser compreendido como um processo imediato ou linear, mas como uma construção histórica, marcada pela resistência, pela organização coletiva e pela luta contínua para transformar direitos formais em direitos efetivamente acessados. Este trabalho é também um exercício de reflexão sobre como a experiência concreta pode gerar conhecimento e contribuir para a emancipação pessoal e social.

A opção por narrar o processo de consolidação do assentamento a partir do capítulo que aborda a trajetória da criança na luta pela terra até a formação em cooperativismo não é aleatória, tampouco autobiográfica no sentido estrito. Trata-se de uma escolha metodológica consciente, que reconhece que as conquistas coletivas aqui descritas foram acompanhadas, vivenciadas e, em alguma medida, também construídas a partir da minha atuação técnica e formativa no interior do assentamento e da cooperativa. Ao longo dessa trajetória, a experiência vivida se articula diretamente com os processos de formação. A conclusão do curso técnico em Alimentos possibilitou uma atuação mais qualificada nos debates e nas práticas relacionadas à agroindustrialização, à qualidade dos produtos e à organização do trabalho produtivo no assentamento. Posteriormente, o ingresso no ensino superior aprofundou essa relação entre teoria e prática. A partir desse momento, observa-se um avanço mais consistente na capacidade organizativa da cooperativa, no acesso a projetos, recursos e políticas públicas, bem como na qualificação da gestão coletiva. Esse movimento não pode ser compreendido de forma dissociada da minha atuação cotidiana na cooperativa, uma vez que os trabalhos desenvolvidos no âmbito acadêmico dialogavam diretamente com as demandas concretas da base social, fortalecendo a elaboração de projetos, a gestão de recursos e a articulação institucional.

Dessa forma, as conquistas descritas ao longo desta seção, como o acesso a políticas públicas, a aquisição de veículos e equipamentos, e o fortalecimento da organização produtiva, não são apresentadas como resultados individuais, mas como expressões de um processo coletivo no qual a formação acadêmica, construída a partir da experiência e devolvida à base social, desempenhou papel relevante. Esse percurso reafirma a importância de uma formação enraizada no território, com o “pé fincado na base”, capaz de transformar conhecimento acadêmico em prática social comprometida com a emancipação coletiva. Nesse sentido, o relato de experiência aqui apresentado assume caráter analítico e formativo, ao articular trajetória pessoal, prática social e fundamentação teórica, permitindo compreender como o desenvolvimento das capacidades individuais contribui para o fortalecimento das capacidades coletivas, conforme proposto por Amartya Sen (1999). Esse processo evidencia,

de forma concreta, o argumento de Sen de que a ampliação da renda e das condições materiais não é um fim em si mesmo, mas um meio fundamental para a expansão de outras liberdades substantivas. O acesso à cultura, antes negado pelas limitações estruturais, torna-se viável a partir do desenvolvimento coletivo e da organização social. Assim, o que antes era um direito formalmente existente, mas inacessível, transforma-se em um direito efetivamente exercido. A experiência vivida revela que o desenvolvimento promovido pela cooperativa ultrapassa a dimensão econômica, uma vez que os desdobramentos da COOPERARCA-ZM se materializam na consolidação de espaços de debate sobre a juventude rural, no fomento à educação do campo, no estímulo a intercâmbios formativos e no suporte logístico para atividades comunitárias não comerciais. A cooperativa atua, portanto, como um polo de segurança institucional e financeira que viabiliza a reprodução social das famílias, alcançando a formação humana, cultural e social das crianças do assentamento e reafirmando o cooperativismo como instrumento de emancipação e construção de futuros possíveis.

A experiência da infância vivida no contexto da luta pela terra dialoga diretamente com a reflexão proposta por José de Souza Martins (2009) no capítulo “Regimar e seus amigos”. Ao narrar a trajetória de crianças situadas nas fronteiras sociais do desenvolvimento, Martins (2009) evidencia como a infância das populações pobres do campo é atravessada por privações, responsabilidades precoces e pela negação sistemática de direitos básicos. Trata-se de uma infância que não se realiza nos moldes idealizados da proteção e do cuidado, mas que se constrói em meio à luta cotidiana pela sobrevivência e pela dignidade. No caso do Assentamento Olga Benário, a vivência em barracos de lona, a exposição às intempéries e a participação desde cedo nos espaços coletivos de decisão revelam uma infância marcada pela experiência da exclusão, mas também pela formação política e comunitária. Diferentemente de uma infância silenciada, a participação em reuniões e assembleias constituiu um processo de aprendizado social e político, no qual se forjou o sentido de pertencimento e de responsabilidade coletiva. Assim como em “Regimar e seus amigos”, a infância aqui narrada não pode ser compreendida como ausência de infância, mas como uma infância situada na fronteira entre a negação de direitos e a construção de novos sentidos de humanidade por meio da organização coletiva. Esse percurso evidencia que a luta pela terra não produziu apenas acesso ao território, mas também uma forma particular de formação humana, em que a experiência vivida, desde a infância, tornou-se base para a construção de capacidades individuais e coletivas ao longo do tempo.

4.4. Políticas públicas, cooperativismo e ampliação das capacidades

A análise das políticas públicas da agricultura familiar à luz da teoria do desenvolvimento como liberdade permite compreender que seus impactos extrapolam a

dimensão econômica. O acesso ao crédito, aos mercados institucionais e às compras públicas cria condições para que os agricultores ampliem suas capacidades de escolha, participação social e construção de projetos de vida no campo.

No âmbito do cooperativismo, essas políticas fortalecem a ação coletiva, estimulam a autogestão e ampliam a autonomia dos sujeitos frente ao mercado. No caso dos assentamentos da reforma agrária, elas contribuem para transformar a posse da terra em liberdade substantiva, ao viabilizar renda, acesso a direitos e reconhecimento social.

Assim, Pronaf, PAA e PNAE devem ser compreendidos como instrumentos que, quando articulados à organização coletiva e à formação dos sujeitos, potencializam processos de emancipação social e desenvolvimento rural sustentável, reafirmando a centralidade das políticas públicas na construção de um projeto de desenvolvimento comprometido com a justiça social.

A opção metodológica pelo relato de experiência, ancorada na vivência contínua da pesquisadora no Assentamento Olga Benário e na COOPERARCA-ZM, exige também uma reflexão sobre os modos de produção do conhecimento em contextos de assentamentos da reforma agrária. Ao assumir uma perspectiva de pesquisa situada, torna-se necessário problematizar as formas tradicionais de investigação externa, suas contribuições e seus limites, especialmente quando comparadas às possibilidades analíticas oferecidas por pesquisas construídas a partir do interior do território. Nesse sentido, o tópico a seguir busca contextualizar a presença de instituições de ensino e pesquisa no assentamento, analisando a descontinuidade das intervenções e ressaltando a relevância de uma produção de conhecimento comprometida, contínua e enraizada na experiência cotidiana das famílias assentadas.

4.5. A operacionalização das políticas públicas no Assentamento Olga Benário: limites, avanços e construção de capacidades.

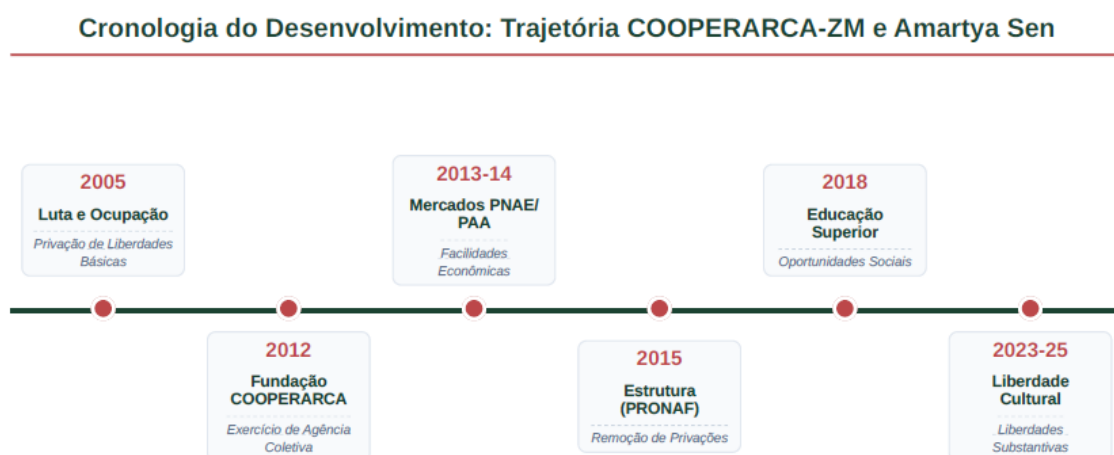
As políticas públicas voltadas à agricultura familiar desempenham papel central na promoção do desenvolvimento rural no Brasil, especialmente em contextos de assentamentos da reforma agrária. Mais do que mecanismos de fomento econômico, tais políticas constituem instrumentos de garantia de direitos, reconhecimento social e ampliação das capacidades individuais e coletivas dos agricultores familiares. Na perspectiva de Amartya Sen (1999), o desenvolvimento deve ser compreendido como a expansão das liberdades substantivas das pessoas, sendo as políticas públicas meios fundamentais para a criação das condições necessárias ao exercício dessas liberdades.

Nesse sentido, programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa

Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) assumem relevância estratégica ao articular produção, renda, segurança alimentar e inclusão social. Para os assentamentos rurais, essas políticas representam a possibilidade de transformar o acesso à terra em condições reais de permanência digna e produtiva no campo.

Com o objetivo de sistematizar os principais marcos da trajetória do assentamento Olga Benário, da COOPERARCA-ZM e da própria pesquisadora, optou-se pela construção de uma linha do tempo. Essa sistematização permite visualizar, de maneira articulada, os processos de organização coletiva, o acesso ou a ausência de políticas públicas, a constituição de infraestruturas produtivas e os avanços institucionais alcançados ao longo do tempo. A opção por esse formato busca evidenciar que o desenvolvimento do assentamento não ocorreu de forma linear ou contínua, mas foi marcado por descontinuidades, esforços coletivos e estratégias construídas a partir das experiências concretas vividas no território. A análise da operacionalização das políticas públicas da agricultura familiar no Assentamento Olga Benário evidencia que o acesso a programas como Pronaf, PAA e PNAE não ocorreu de forma imediata nem linear. Ao contrário, trata-se de um processo marcado por atrasos, entraves institucionais e pela necessidade constante de mediações coletivas, o que reforça a compreensão de que a existência formal das políticas não garante, por si só, o acesso efetivo aos direitos.

4.6. Linha do tempo dos principais marcos do Assentamento Olga Benário, da COOPERARCA-ZM e da trajetória da pesquisadora



A leitura da linha do tempo evidencia que o processo de desenvolvimento do assentamento e da cooperativa esteve profundamente condicionado à superação gradual de

privações estruturais, especialmente aquelas relacionadas inicialmente à renda, à infraestrutura e ao acesso a políticas públicas. No marco inicial de 2005 (Luta e Ocupação), a ausência de moradia adequada, crédito rural e meios de produção restringia temporariamente a geração de renda e limitava o alcance de outras liberdades substantivas. Conforme argumenta Amartya Sen (1999), a privação de renda e de infraestrutura básica atua como um fator central de limitação das demais liberdades, pois restringe as capacidades de escolha e de ação dos indivíduos em seu próprio território.

Frente a esse cenário, os avanços institucionais e as decisões organizativas das famílias transformaram progressivamente essa realidade. A fundação da associação e, posteriormente, a Fundação da COOPERARCA em 2012 configuraram-se como o exercício prático de agência coletiva. A cooperativa surgiu como uma opção estratégica fundamental adotada pelos trabalhadores para ampliar os canais de comercialização, superando as limitações jurídicas que a associação enfrentava para realizar tais operações comerciais de forma autônoma.

Essa articulação institucional colheu frutos nos anos de 2013 e 2014, com o acesso aos Mercados do PNAE e PAA, classificados na abordagem do desenvolvimento como facilidades econômicas. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), embora marcado por oscilações orçamentárias nacionais que limitavam a previsibilidade de médio prazo, estimulou a produção diversificada e consolidou a atuação conjunta das organizações do assentamento. Paralelamente, o acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) configurou-se como um marco importante na trajetória da COOPERARCA-ZM. As famílias optaram por fornecer alimentos de forma coletiva para a alimentação escolar das redes municipais e estaduais situadas no município de Visconde do Rio Branco - MG, ampliando significativamente as possibilidades de inserção no mercado regional.

No caso do PRONAF, em 2015, embora o programa tenha sido instituído nacionalmente em 1995, seu acesso mais significativo no assentamento ocorreu de maneira tardia devido a barreiras burocráticas históricas. Somente dez anos após a ocupação inicial, as famílias decidiram acessar essa linha de crédito voltada à estruturação da atividade leiteira, o que representou um passo crucial para a remoção de privações materiais. Cumpre destacar que o montante reduzido obtido nesse primeiro acesso não decorria de uma baixa necessidade de crédito por parte dos agricultores, mas sim das regras e tetos máximos estipulados normativamente pela linha de crédito específica para assentados da reforma agrária; mesmo que a demanda e a necessidade produtiva por recursos fossem maiores, não havia viabilidade institucional para o acesso a valores mais elevados naquele período. Esse acesso tardio e inicialmente limitado também evidenciou a escassez de assistência técnica contínua na região,

desafio contornado pela persistência organizativa da base. Essa realidade dialoga diretamente com a abordagem de Amartya Sen (1999) ao demonstrar que o apoio institucional expande a capacidade produtiva, conferindo maior autonomia aos agricultores e garantindo a sustentabilidade de suas escolhas econômicas.

Esses avanços materiais e organizativos abriram as portas para a expansão das oportunidades sociais, tendo como ápice o ano de 2018 com o ingresso na Educação Superior na Universidade Federal de Viçosa (UFV). A trajetória da pesquisadora se insere exatamente nesse movimento histórico, uma vez que sua formação técnica anterior e o bacharelado em Cooperativismo concluído posteriormente contribuíram para qualificar a gestão, a elaboração de projetos e o acesso a novos recursos, demonstrando como a experiência substituída e vivida no território se converteu em conhecimento aplicado e devolvido à base social.

Finalmente, no período de 2023 a 2025, a consolidação da infraestrutura produtiva e a aquisição de frotas de veículos permitiram o alcance das chamadas Liberdades Substantivas e Culturais. A conquista de meios de transporte próprios, gerada pela receita dos canais de comercialização, viabilizou a escolha voluntária das famílias de garantir o acesso de onze crianças do assentamento ao Conservatório Estadual de Música em Visconde do Rio Branco. Os desdobramentos da COOPERARCA-ZM revelam que o desenvolvimento promovido pela cooperativa ultrapassa a dimensão puramente econômica, uma vez que os desdobramentos da COOPERARCA-ZM se materializam na consolidação de espaços de debate sobre a juventude rural, no fomento à educação do campo, no estímulo a intercâmbios formativos e no suporte logístico para atividades comunitárias não comerciais. A cooperativa atua, portanto, como um polo de segurança institucional e financeira que viabiliza a reprodução social das famílias, alcançando a formação humana, cultural e social das crianças do assentamento e reafirmando o cooperativismo como instrumento de emancipação e construção de futuros possíveis.

A experiência do Assentamento Olga Benário revela que as políticas públicas, quando acessadas de forma articulada ao cooperativismo, contribuem para a ampliação das capacidades individuais e coletivas. Assim, a operacionalização do Pronaf, do PAA e do PNAE no assentamento demonstra que o desenvolvimento rural não pode ser compreendido apenas como acesso a programas governamentais, mas como um processo social construído na prática, a partir da livre escolha, da cooperação e da transformação gradual de direitos formais em direitos efetivamente exercidos. A sistematização dessa trajetória conjunta — do assentamento, da COOPERARCA-ZM e da pesquisadora — fornece a base empírica e analítica para a reflexão final deste trabalho, reafirmando o cooperativismo como instrumento de emancipação e construção de futuros possíveis.

5. Considerações Finais

Este Trabalho de Conclusão de Curso teve como objetivo analisar de que maneira as ações da COOPERARCA-ZM, localizada no Assentamento Olga Benário, em Visconde do Rio Branco/MG, contribuíram para a ampliação das liberdades substantivas e das capacidades de seus membros, à luz da abordagem de desenvolvimento como liberdade proposta por Amartya Sen. Ao adotar o relato de experiência como opção metodológica, o estudo buscou valorizar o conhecimento produzido a partir da vivência direta no território, articulando teoria e prática em uma análise estritamente situada.

Os resultados indicam que o desenvolvimento do assentamento e da cooperativa não pode ser compreendido de forma linear, tampouco restrito ao aumento isolado da renda. Embora o acesso a políticas públicas como o Pronaf, o PNAE e o PAA tenha desempenhado um papel central na estruturação produtiva, foi a agência e a organização coletiva das famílias que viabilizaram a transformação desses recursos em capacidades efetivas. Conforme argumenta Sen (1999), a renda é um meio importante, mas não suficiente para a expansão das liberdades; é a forma como ela se converte em oportunidades reais de "ser e fazer" que define o verdadeiro desenvolvimento.

A trajetória histórica analisada evidencia que a superação das privações estruturais no campo exige uma forte articulação política e institucional. A conquista inicial do território, impulsionada pela ação coletiva mediada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), configurou-se como o marco fundamental de abertura da estrutura de oportunidades locais. Posteriormente, a transição da associação para a fundação da COOPERARCA-ZM, em 2012, representou uma escolha estratégica voluntária dos agricultores para superar as limitações de inserção de mercado, transitando da condição histórica de beneficiários passivos para a posição de agentes promotores do próprio desenvolvimento.

Essa condição de agente manifestou-se de forma contundente no enfrentamento às barreiras institucionais de acesso ao crédito. Conforme evidenciado na análise, o acesso tardio e em montantes reduzidos às linhas do Pronaf em 2015 não decorria de uma baixa demanda ou necessidade por parte das famílias assentadas, mas sim de tetos normativos rígidos impostos pelas regras do próprio programa para a reforma agrária. A persistência organizativa da base permitiu contornar a escassez crônica de assistência técnica na região, consolidando canais de escoamento que culminaram na conquista de frotas e meios de transporte próprios. Esse avanço material permitiu que a receita gerada pelos mercados institucionais do PAA e PNAE fosse convertida em liberdades substantivas e culturais, exemplificada na decisão comunitária de garantir o acesso de crianças do assentamento ao Conservatório Estadual de Música.

Nesse processo, a experiência da pesquisadora se apresentou não apenas como objeto de análise, mas como parte constitutiva dos resultados e expressão viva do desenvolvimento local. A

formação técnica em alimentos e, posteriormente, o ingresso no curso de Bacharelado em Cooperativismo na Universidade Federal de Viçosa (UFV) qualificaram a gestão interna, a elaboração de projetos e o diálogo institucional da cooperativa. Tal percurso reforça a compreensão de que a educação, enquanto liberdade instrumental desempenha um papel decisivo na expansão das capacidades individuais e na sua subsequente devolução e conversão em capacidades coletivas no território.

Assim, conclui-se que a COOPERARCA-ZM tem atuado como um espaço fundamental de mediação entre políticas públicas, organização social e emancipação humana, ainda que enfrente os desafios latentes da volatilidade orçamentária das políticas governamentais. O estudo reafirma que o desenvolvimento, quando observado a partir da práxis concreta, revela-se como um processo construído no tempo, no território e na coletividade. Confirma-se, portanto, a plena pertinência da abordagem de Amartya Sen para a compreensão de experiências de cooperativismo popular na reforma agrária, demonstrando que a expansão das liberdades substantivas se materializa na transformação gradual de direitos formais em direitos efetivamente exercidos e valorizados pelos sujeitos.

6. REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Marli E. D. A. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liber Livro, 2005.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- CRESWELL, John W.; POTH, Cheryl N. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. 4. ed. Porto Alegre: Penso, 2018.
- DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- DEWEY, John. **Experience and education**. New York: Kappa Delta Pi, 1938.
- DEWEY, John. **Experiência e educação**. Tradução de Renata Parancini. São Paulo: Vozes, 2010.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GAIGER, Luiz Inácio. Sentidos do trabalho associado: cooperativas e autogestão na perspectiva da emancipação social. In: CATTANI, Antônio David (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2004. p. 127–144.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, abr. 2002.

MEDEIROS, Leonilde; SIQUEIRA, João Paulo S. Cooperativismo solidário e agricultura familiar no Brasil: limites e possibilidades. **Revista Economia & Tecnologia**, Curitiba, v. 8, n. 3, p. 61–76, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

NAVARRO, Zander. Reforma agrária no Brasil: a construção de um modelo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 33–46, 2010.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, T. S. **A reforma agrária sob a ótica do desenvolvimento como liberdade: o caso do município de Cardoso Moreira/RJ**. Dissertação (Mestrado) – Campos dos Goytacazes, RJ, 2020.

SOUZA MARTINS, José. **O cativo da terra**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 90**. São Paulo: Atual, 1997.

TEIXEIRA, Manoel Tadeu. **Assentamento Olga Benário: um estudo de caso da espacialização da luta pela terra na Zona da Mata Mineira**. 2012. 150 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2012.

TRICHES, Rozane Marcia; GRISA, Catia. Atores, instituições e políticas públicas: o Programa de Aquisição de Alimentos. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 51, n. 1, p. 35-50, 2013.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2005.